

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cidade de Santos

Class.: 204

Data: 15 de agosto de 1987

Pg.: _____

Funai ameaça expulsar os missionários estrangeiros

BRASÍLIA (Sucursal) — O presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio) Romero Jucá, 34, ameaçou ontem, em entrevista coletiva, retirar das áreas indígenas as missões estrangeiras que não estiverem agindo de acordo com "normas e padrões" a serem estabelecidos pelo governo brasileiro. A Funai está mantendo contato com o diretor-geral do DPF (Departamento de Polícia Federal), Romeu Tuma, para ser informada do acompanhamento que está sendo feito pela PF da série de reportagens que vem sendo publicada por um jornal de S. Paulo sobre uma suposta ingerência na soberania nacional decorrente da atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "Não vamos medir a boa intenção, vamos medir a consequência da atuação missionária", disse Romero Jucá. Segundo ele, mais de sessenta missões estão atuando junto aos índios brasileiros sem "qualquer acompanhamento". O presidente da Funai ressaltou que a preocupação com esta atuação não surgiu com as reportagens publicadas pelo. Há cerca de um mês, Jucá baixou uma portaria criando um grupo de trabalho encarregado de "identificar normas e procedimentos" para a ação de missionários e "retirar as missões que não estão agindo bem". Os critérios de identificação ainda vão ser estabelecidos, segundo Jucá.

"HISTÓRICO DE DENÚNCIAS

"A qualquer momento poderemos tomar medidas que incluem retirada das missões", disse Romero Jucá.

Seu interesse, afirmou, é "resguardar as comunidades indígenas no Brasil". Com essa atitude, acrescentou, o governo brasileiro "está tendo um ato de responsabilidade diante da Nação". Esta responsabilidade é fazer cessar a ação das missões que estariam "afetando, prejudicando as nações indígenas do país". A Funai possui, disse, um "histórico de denúncias" contra as missões e outras sobre a existência de mão-de-obra escrava e tráfico de entorpecentes.

Jucá discorda da tese do Cimi, de garantia do caráter "pluriétnico" do país. Defender esta tese é, na sua opinião, defender a existência de outros países dentro do Brasil. "Isto preocupa o governo brasileiro", afirmou.

AÇÃO DA CNBB

Em nota divulgada ontem, a presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) informou que vai responsabilizar penalmente o jornal "pelas publicações continuadas de matéria difamatória e injuriosa". As reportagens defendem "a ambição das companhias mineradoras, decididas a remover qualquer salvaguarda legal à exploração dos minérios em áreas indígenas", diz a nota.

O jornal, segundo a CNBB, "está desrespeitando os princípios fundamentais da moral" ao assumir interesses das empresas de mineração para impedir que na nova Constituição sejam incluídas normas de proteção aos territórios indígenas.